

Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos

Abril – Julho/2006

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil

Área: Mulher

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues
Maria Célia Orato Selem

Aula 4 - Conhecendo a situação das mulheres no Brasil

O que revela a realidade concreta

Apesar dos avanços jurídicos e políticos, ainda não foi possível realizar a igualdade de direitos no cotidiano das relações sociais de gênero. As mulheres ainda sofrem com a discriminação, o preconceito, maus tratos e violência.

Segundo estatísticas¹, ser homem ou mulher na nossa sociedade faz toda a diferença: as mulheres ainda recebem menores salários e têm pouco acesso aos cargos políticos. Dados como a frequência do espancamento de mulheres, da violência sexual, o tráfico de mulheres, apontam para uma sociedade machista² e injusta. A dupla jornada de trabalho, o cuidado exclusivo dos filhos, os subempregos ou a informalidade são fatores que contribuem para a feminilização da

¹ Segundo PNAD-IBGE, em 2003 as mulheres representavam 42,7% da população economicamente ativa (PEA) no Brasil. No entanto, estavam concentradas nos subempregos e no setor informal da economia. A categoria de empregadas domésticas representa 19% da PEA feminina, algo em torno de cinco milhões de mulheres, das quais 56% são negras. São maioria entre os desempregados. Em 2003, enquanto a taxa de desocupação entre as mulheres chegava a 12,3%, entre os homens era de 7,8%. Além disso, maior grau de escolaridade conquistada não garante às mulheres igualdade de remuneração em relação aos homens com a mesma instrução.

² **Machismo.** É um conjunto de leis, normas, atitudes e/ou traços sócio-culturais do homem cuja finalidade, explícita e/ou implícita, tem sido e é, produzir, manter a submissão da mulher em todos os níveis: sexual, procriativo, trabalhista e afetivo. A palavra machismo é utilizada primordialmente no âmbito coloquial e popular. Um termo mais apropriado (sobretudo em nível ideológico) para expressar dito conceito é sexismo, já que o primeiro se utiliza para caracterizar aqueles atos, físicos ou verbais, por meio dos quais se manifesta de forma vulgar o sexismo subjacente na estrutura social. No plano psicológico, a diferença entre sexismo e machismo é que o sexismo é consciente e o machismo inconsciente; isto é, o machista atua como tal sem necessariamente ser capaz de explicar ou dar conta da razão interna de seus atos, já que unicamente se limita a reproduzir e a por em prática de um modo grosseiro (grosso modo), aquilo que o sexismo da cultura a que pertence por nacionalidade ou condição social lhe brinda. Daí que um machista pode até sentir-se orgulhoso e presumir que ser "muito macho" é sem dúvida normal se sua personalidade profunda não tem bases ideológicas e psicológicas de misoginia (ódio/medo das mulheres muito ligado ao sexismo). Ao tomar consciência de seu machismo e as conseqüências deste, o indivíduo pode modificar muitos aspectos de seu comportamento. A mulher pode compartilhar do machismo na medida em que não é consciente das estruturas de poder que regulam as relações entre os sexos e as reproduz e/ou contribui para que os homens continuem reproduzindo-as.

* Verbetes destacados de: SAU, Victória. Dicionário Ideológico Feminista. 3 ed. Barcelona: Ed. Icaria, 2000.

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

pobreza³ e denunciam as desigualdades em função do gênero presentes nas várias esferas da vida cotidiana.

O direcionamento da política nacional voltado para interesses elitistas e para o capital estrangeiro gera um quadro de má distribuição de renda e pobreza, sendo que nesse contexto, as mulheres são afetadas de forma contundente. Um exemplo é a sobrecarga das atividades domésticas e familiares, em decorrência do agravamento da qualidade dos serviços públicos, como nas atividades na esfera pública, com o aumento da precariedade das relações de trabalho e da redução do tempo disponível para as atividades pessoais, associativas, cívicas e de lazer⁴. Realidade esta agravada pelas desigualdades em função da raça, cor, orientação sexual e condição física e mental.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH- PNUD/1999), o Brasil está no septuagésimo nono (79º) lugar no que se refere aos indicadores de desigualdades entre os sexos na participação política. O diagnóstico realizado pelo MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado), em abril de 1998, através do Programa Nacional de Igualdade de Oportunidade na Função Pública, realizado por iniciativa do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, constata que as mulheres representam um percentual de 44,18% do contingente de servidores da Administração Pública Federal. Entretanto, enfrentam dificuldades para assumir cargos de chefia e de tomadas de decisão. Nos cargos comissionados da Administração Pública está a menor participação feminina, especialmente das negras.

Esses dados advertem para as desigualdades em função do sexo e do gênero. Entretanto, as noções de que tais desigualdades se dão apenas em consequência das relações econômicas ou de classes não é suficiente para explicá-las. É preciso pensar que a construção das diferenças sexuais antecede a divisão do trabalho e a exploração das mulheres. Denuncia a existência de mecanismos plurais e eficientes na produção das diferenças.

O imaginário social está permeado pela idéia de um sexo feminino caracterizado pela fragilidade, instabilidade, incapacidade para outras funções fora da esfera doméstica. Já dizia Aristóteles: “a mulher é um ser incompleto”. Idéia essa que foi fundada e mantida pelos discursos científicos, como os discursos filosóficos, médicos, jurídicos.

O uso político das diferenças entre homens e mulheres legitima as relações de poder e mantém as desigualdades. A história das sociedades é contada a partir de uma visão masculinista, que invisibiliza as mulheres, localizando-as num contexto de passividade e inércia, embasando a naturalização de sua suposta inferioridade.

³ O número de mulheres chefes de família cresceu nas últimas décadas. Mas em razão das mulheres receberem salários bem menores que os homens, o aumento de chefes de famílias mulheres tem sido um dos fatores para o reconhecimento da feminilização da pobreza, agravando ainda a situação das crianças à medida em que, com a omissão masculina nas responsabilidades paternas, a separação do casal na prática tem significado para o homem o fim de qualquer obrigação com os filhos.

⁴ Com base nos dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM
www.presidencia.gov.br/spmulheres

As reflexões feministas das últimas décadas - frutos dos movimentos de mulheres - tem importante papel na desestabilização do mundo binário, construído sobre as diferenças sexuais. Questionam a misoginia⁵ das ciências e trazem reivindicações para o reconhecimento dos protagonismos femininos na história, registrando as estratégias das organizações de mulheres na conquista por direitos. Estas reflexões percebem o silenciamento das atuações das mulheres nos processos de sociabilidade como dinâmica de poder. Reivindicam uma História das mulheres, onde seria possível trazê-las para a posição de sujeito. Trazem a importância das narrativas sobre as experiências das mulheres a fim de possibilitar-lhes um lugar na história, logo, um lugar no mundo percebido.

As políticas de gênero⁶ são estandartes da força das mulheres organizadas. O próprio uso do termo gênero⁷ surge estrategicamente com o propósito de sinalizar uma saída lingüística para teorias desnaturalizadoras acerca das diferenças de papéis masculinos e femininos. Daí falar em “questões de gênero”, a fim de explicitar que masculino e feminino são construções sociais.

Apesar dos dados demonstrarem, por exemplo, uma melhora na situação de escolaridade⁸ das mulheres em relação ao sexo masculino, a distância desta condição entre as mulheres brancas, negras e indígenas ainda é muito significativa, em especial em relação aos níveis mais altos de escolaridades. O mesmo acontece em relação aos salários recebidos por homens e mulheres que exercem funções semelhantes, chegando a situações muito piores quando trata-se das mulheres negras. No tema violência, os registros de serviços de atendimento a vítimas de violência revelam uma predominância de mulheres negras que buscam esses centros. Outra situação bastante desfavorável para a vida das mulheres é a dupla jornada. Até o final dos anos 70 as mulheres economicamente ativas em sua maioria eram jovens, solteiras e sem filhos, e ao longo das últimas três décadas passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Em 2002, a taxa mais alta de atividade feminina, superior a 70%, é encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos, e 67% daquelas de 40 a 49 anos também são ativas (FCC, 1998, Série Mulheres, Trabalho e Família).⁹

As mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com os filhos e demais familiares, representando uma sobrecarga para as que também realizam atividades econômicas.

Na avaliação do movimento de mulheres, as ações e os programas governamentais têm sido pontuais, desarticulados, descontínuos, fragmentados e

⁵ **Misoginia.** Ódio ou aversão às mulheres; aversão ao contato sexual com mulheres.

* Verbetes destacados de: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

⁶ **Políticas públicas de gênero.** São as políticas dos órgãos públicos ou dos movimentos sociais que se propõem a combater a desigualdade de gênero.

⁷ **Gênero.** Construção cultural simbólica que compreende as representações de referência para o comportamento, atitudes e manifestações emocionais dos indivíduos dos sexos masculino e feminino. É uma categoria de análise pois permite um olhar diferenciado sobre o conjunto da sociedade e das relações sociais, que têm base material, econômica e ideológica. Envolve o estudo das relações de poder e de dominação que implicam na subordinação das mulheres.

⁸ Ver tabelas 1 e 2 ao final sobre os índices de escolaridade de homens e mulheres.

⁹ Trabalho, Renda e Políticas Sociais: Avanços e Desafios, Cristina Bruschini, Maria Rosa Lombardi e Sandra Unbehaum1, in O Progresso das Mulheres no Brasil, UNIFEM, 2006. Disponível em: http://www.mulheresnobrasil.org.br/pdf/O_Progresso_das_Mulheres_no_Brasil.pdf

inacessíveis para muitas mulheres, particularmente para aquelas que vivem longe dos centros urbanos. Considera ainda que as políticas não se adequam à diversidade das mulheres, deixando de levar em conta suas especificidades e peculiaridades.

Em que pese as visíveis indicações de violações dos direitos das mulheres, especialmente nos meios de comunicação, vale ressaltar a fragilidade das informações em relação às estatísticas no Brasil. Não obstante, é fundamental destacar a importância de conhecer e compreender o que elas nos sinalizam com vistas a formular e implementar políticas públicas e estratégias de promoção dos direitos humanos das mulheres, que enfrentem estas violações.

Praticando: Conhecer a realidade dos segmentos de atuação prioritária dos conselhos é fundamental, pois ajudará na deliberação de políticas e a definição de ações prioritárias para a garantia de direitos e combate às violações. É uma tarefa de todos os conselhos nos níveis nacional, distrital, estaduais e municipais.

- 1) Você conhece a situação das mulheres no seu estado e município?
- 2) Quais são as principais violações dos direitos das mulheres em seu estado e município?
- 3) O conselho tem discutido ações para enfrentar estas violações?
- 4) Quais têm sido as principais ações indicadas pelos conselhos e fóruns para enfrentar estas violações?

Links interessantes:

Glossário Feminista: http://www.sof.org.br/bib_glossario.htm

As mulheres brasileiras nos dias atuais – Capítulo 1 – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM:
www.presidencia.gov.br/spmulheres

Tabela 1 - Taxa de alfabetização e de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo o sexo - Brasil - 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
Taxa de alfabetização %			
1991	79,93	80,15	79,72
2000	86,37	86,23	86,50
Taxa de analfabetismo %			
1991	20,07	19,85	20,28
2000	13,63	13,77	13,50

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Tabela 2 – Número de matrículas segundo escolaridade e sexo – Brasil – 1998/2000

Nível de escolaridade	Total		Masculino		Feminino	
	1998	2000	1998	2000	1998	2000
Infantil	9%	9%	9%	9%	8,5%	9%
Alfabetização	1%	1%	1%	1%	1,5%	1%
Fundamental	75%	69%	77%	71%	74%	67%
Médio	15%	16%	13%	14%	16%	17%
Superior		5%		5%		6%
Total	47.678.493	51.700.517	23.814.075	25.731.777	23.864.418	25.968.740

Fonte: MEC/INEP/SEEC, 2002 e site: www.inep.gov.br, consultado em 21 de março de 2004.

Anexo

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

MULHERES NAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS¹⁰

1) População

De acordo com estimativas do IBGE, a população brasileira é constituída por 51,2% de mulheres, correspondendo a um contingente de quase 88 milhões de pessoas.

2) Direitos Reprodutivos e Saúde

A morbi-mortalidade materna tem elevados índices no Brasil, sendo que 98% destas mortes são evitáveis, uma vez que decorrem basicamente da falta de acesso à serviços de saúde no período de gestação e de condições de partos precárias e desumanas. O número de cesarianas representa hoje a prática corrente dos partos e, na maioria dos casos, desnecessária, bem como as cirurgias de mama efetivadas como supostas “prevenção de câncer de mama”.

Segundo dados do Ministério da Saúde, no Brasil, a cada duas horas, morre uma mulher por complicações na gravidez, parto e pós-parto. Em 1997 ocorreram 55,1 mortes por 100 mil nascidos vivos. Este número, devido ao grande nível de sub-informações (que variam regionalmente), deve, segundo a Organização Mundial de Saúde, ser multiplicado por um fator de correção entre 2 e 3, o que nos daria o índice de 134 mortes por 100 mil nascidos vivos.

Gravidez na adolescência

Em 1999, o número de partos de jovens entre 10 e 19 anos, realizados na rede do SUS - Sistema Único de Saúde , foi 705 mil (27% do total de partos) - um aumento de 67 mil em 6 anos.

Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil, o parto representa a primeira causa de internação de meninas no SUS. Na faixa dos 15 a 19 anos, o principal motivo para a internação das mulheres é a gravidez, parto e pós-parto. Em todas as regiões do país , representam 80,3% das internações das jovens. Esses dados revelam o início precoce das relações sexuais e o baixo uso de métodos contraceptivos. A exposição às DSTs e AIDS entre adolescentes é um dos fatores preocupantes.

Ainda em relação aos direitos reprodutivos, é fundamental destacar a situação da esterilização de mulheres. O alto índice desta prática concentra-se entre as mulheres na faixa reprodutiva (de 14 a 49 anos de idade), sendo muitas vezes realizada sem o conhecimento da mulher – principalmente entre as mulheres pobres. A vinculação entre escolaridade e esterilização demonstra que a queda da fecundidade está associada à generalização do conhecimento e do uso de

¹⁰ Fontes:

■ “As mulheres à margem no ano 2000” – Samantha Buglione e Virgínia Feix – disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/dh/br/jglobal/jglobal2000/mulheres2000.html>

■ Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – Dados Estatísticos - disponível em: <http://www.mulheresnegras.org.br/dados.htm>

■ Dados e informações sobre trabalhadoras rurais, levantados pela CONTAG – disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/08/262021.shtml>

métodos contraceptivos na sociedade brasileira. Apesar da existência de uma maior diversidade de métodos contraceptivos, a esterilização continua sendo muito utilizada. As regiões mais pobres concentram as mais altas taxas de esterilização, sendo que esta prática aumenta conforme diminuem os anos de escolarização. As mulheres pobres têm dificuldade de acesso a serviços de contracepção, acabando por ter que optar entre esterilização, aborto clandestino ou gravidez não planejada.

Aborto

O aborto é outro grave problema enfrentado pela população feminina, representando a terceira causa de mortalidade materna no Brasil. Sendo criminalizado pela legislação penal, e inexistindo um programa efetivo de planejamento familiar (apesar de constar em nossa legislação a obrigatoriedade de oferecimento do planejamento familiar para homens e mulheres), proliferam as clínicas clandestinas onde o aborto é praticado com grande risco e péssimas condições de higiene.

- No Brasil são realizados em média 1 milhão e 400 mil abortos anuais;
- Mais de 50 mil adolescentes deram entrada nos hospitais públicos no período de 1993 1998 para tratar de complicações causadas pelo abortamento;
- A morte por aborto se constitui como a 3 terceira causa de mortalidade materna no Brasil;
- As complicações por aborto se constituem na quinta causa de internação das mulheres nos serviços públicos.

Doenças mentais

As mulheres de todas as idades são 70% das consumidoras de medicamentos psiquiátricos, o que revela o quadro de deterioração da qualidade de vidas das mulheres brasileiras. Segundo o psiquiatra brasileiro José Bertolote, coordenador da equipe de Controle de Doenças Mentais e cerebrais da Organização Mundial de Saúde (OMS), 4 mulheres para cada homem sofrem de depressão.

Violência

O Dossiê da RedeSaúde apresenta o seguinte quadro sobre a Violência nos serviços de Saúde: "Muitas mulheres que se dirigem aos serviços de saúde enfrentam um atendimento marcado pela violência. Não são raros os relatos de casos de curetagem sem anestesia, quando em início de aborto; tratamento preconceituoso, negligência e maus-tratos nas situações de aborto provocado; falta de esclarecimentos e orientação adequada; exames ginecológicos feitos com pouco cuidado; falta de privacidade quando examinadas; abuso sexual por parte dos profissionais e tratamento preconceituoso em casos de violência sexual".

Uma das situações mais denunciadas nas últimas décadas é a situação de violência praticada contra as mulheres em todo o País.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre violência contra a mulher constatou que: "existem dados comprovando que mais de 50% dos estupros ocorrem dentro da própria família". Os homicídios de mulheres apresentam uma

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

informação que descortina a prática seletiva e preconceituosa do Estado nos casos de violência contra a mulher. Pesquisa realizada pela Themis[16] demonstra que os casos de homicídios contra as mulheres, na cidade de Porto Alegre/RS, em regra, são tipificados como lesões corporais seguidas de morte, o que reitera uma menor responsabilização do autor, e do próprio Estado, sobre esta violência.

Exploração sexual de mulheres e meninas

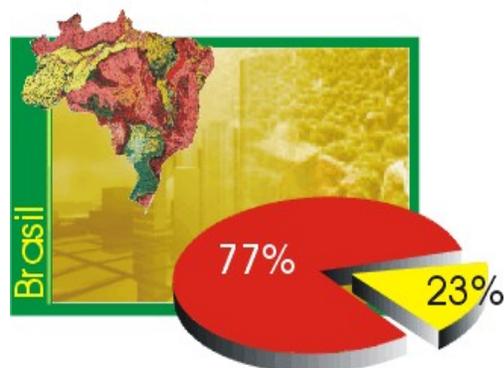
Outro problema grave é a exploração sexual de mulheres e meninas, e o turismo sexual, que ocorre principalmente nos Estados costeiros nordestinos, onde existe um envolvimento de traficantes de drogas, donos de hotéis, taxistas, agentes de viagens, entre outros profissionais, muitas vezes com a anuência ou cumplicidade policial. O maior número de “clientes” das meninas-prostitutas são estrangeiros.

A violência sexual recebeu, em 1998, tratamento especial do Ministério da Saúde, com a promoção da Norma Técnica de Violência Sexual, tendo sido amplamente divulgada entre 1999 e 2000. Este documento informa os serviços de saúde da ação necessária para os casos de violência sexual, seja na prevenção de DST/HIDS, seja para evitar a gravidez, através da pílula contraceptiva de emergência. Cabe ressaltar, porém, a falta de sintonia entre os serviços de polícia e saúde, além da grande represália que a Norma Técnica vem recebendo dos setores mais conservadores da Igreja e da sociedade.

Mulheres Negras

As mulheres negras vivem menos que mulheres e homens brancos (Censo de 1991 e PNAD de 1998); o PIB per capita da mulher negra é de 0,76 do salário mínimo e o da mulher branca, 1,88 do salário mínimo (Índice de Desenvolvimento Humano); o emprego doméstico concentra 5 milhões de mulheres, das quais 56% são negras (IBGE); o rendimento das mulheres negras corresponde a 40% do que os brancos ganham (Ipea); 62% das mulheres que denunciam a violência em Belo Horizonte são negras (PBH/1997).

Dos 36 milhões e 300 mil que compõem o percentual de mulheres negras e pardas, totalizam:



"23% da população do Brasil



"27% da população rural



"22% da população urbana

Educação:

Na educação, por exemplo, as disparidades nas taxas de alfabetização e escolaridade entre mulheres negras e brancas é preocupante: 90% e 83% para as brancas e 78% e 76% para as negras, respectivamente



Apesar de todo o distanciamento entre brancas e negras, um novo dado anuncia uma nova época, as mulheres negras aumentaram três vezes mais que as brancas o ingresso no nível superior, entre 1960 e 1980: 7,33 e 2,53 vezes, respectivamente.



Mercado de Trabalho:

A população negra, independente do sexo, recebe 50% menos que a não negra, quando se inclui o recorte gênero a situação fica ainda mais alarmante. A remuneração de duas mulheres negras juntas, correspondem ao valor de uma não negra, para exemplificar melhor isso o rendimento anual médio de uma mulher negra, na região metropolitana de São Paulo, em 2002, foi de R\$ 412,00 já para uma não negra foi de R\$ 765,00.

Profissão: Doméstica

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.



Segundo fontes do IBGE da década de 90, 23% da população negra (entre pretas e pardas) economicamente ativa, estão no emprego doméstico. Já na população branca este percentual é de 6,1%.

Mulheres negras chefes de família

As mulheres negras chefes de famílias com até um salário mínimo de rendimento são de 60%, revelando uma escolaridade mais baixa. Já as famílias chefiadas por mulheres que recebem três salários ou mais a presença das mulheres negras reduz para 29%.



Expectativa de vida e saúde

As condições das mulheres negras no Brasil, contraria a tendência mundial mundial que as mulheres vivem mais que os homens.

Expectativa de vida

A expectativa de vida para as afrodescentes é de 66 anos, está alguns meses abaixo da média nacional que é de 66,8 anos.

A precária situação da saúde sexual e reprodutiva das mulheres negras está diretamente relacionada a desigualdade de acesso ao serviço de saúde.

Morte materna

Em razão da predisposição biológica para algumas doenças, como hipertensão e diabetes causando com mais frequência a morte materna entre as mulheres negras.

Doenças étnicas mais frequentes nas mulheres afrodescentes

Miomas uterinos, Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus Tipo II, Câncer no colo do útero além do traço falciforme, HIV-AIDS

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

OS DADOS A SEGUIR, LEVANTADOS PELA CONTAG, ILUSTRAM A SITUAÇÃO DAS MULHERES DO CAMPO:

- 1) O último Censo Agropecuário Brasileiro constata que as mulheres representam cerca de 50% da população rural, dentre as quais 50% em idade produtiva (15 a 55 anos), representando 36% da população econômica que desenvolve atividades agrícolas e não-agrícolas. No entanto, dos títulos distribuídos pelo INCRA, 87% estão em nome dos homens. De 1964 a 1996, nas ações de distribuição da terra, apenas 12,6% da documentação foi emitida em nome das mulheres.
- 2) Os programas de aquisição de terra também não alteraram este quadro de exclusão. Do público beneficiado pelos projetos Cédula da Terra e Crédito Fundiário, apenas 7% da documentação saiu em nome das mulheres e 93% em nome dos homens. Os casos em que as mulheres são beneficiadas, decorrem, quase sempre, da impossibilidade legal do homem ser o titular do crédito.
- 3) Dos títulos das propriedades familiares consolidadas, 92% estão em nome dos homens.
- 4) De acordo com pesquisa do Instituto de Economia do UFRJ, do total de pessoas sem acesso à renda no Brasil, 80% deste são mulheres trabalhadoras rurais.
- 5) 53% das trabalhadoras rurais já tiveram um filho natimorto; 10% delas já tiveram 4 filhos natimortos e 41% já tiveram aborto espontâneo.
- 6) Cerca de 40% das trabalhadoras rurais ainda são consideradas trabalhadoras familiares, sem remuneração própria, sem benefícios sociais, sem a proteção legal ao trabalho.
- 7) 90% dessas mulheres já estão exercendo atividades laborais antes dos 15 anos de idade, trabalhando sem carteira assinada, sem benefícios sociais, sem assistência previdenciária, enfim, sem nenhuma das prerrogativas que a lei brasileira confere aos trabalhadores de modo geral.
- 8) 80% das meninas começam a acompanhar os pais na roça aos 10 anos de idade.
- 9) No Brasil, existem mais de 6,5 milhões de agricultoras analfabetas.
- 10) As mulheres do campo trabalham seis horas a mais do que os homens, pois, quando chegam em casa, depois de um dia inteiro de labuta na terra, ainda têm que lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos.